

Paisagem, território e identidade: a percepção ambiental dos indígenas Tremembé na zona costeira do Nordeste setentrional brasileiro

Landscape, territory and identity: the environmental perception of the Tremembé indigenous in the coastal zone of the Brazilian northern northeast

Paisaje, territorio e identidad: la percepción ambiental del indígenas Tremembé en la Zona Costera del Nordeste septentrional de Brasil



Francisco Assis Aquino Bezerra Filho

Secretaria da Educação - Governo do Estado do Ceará - Recife - Ceará - Brasil

assis.f.geo@gmail.com



Lidriana de Souza Pinheiro

Universidade Federal do Ceará - Fortaleza - Ceará - Brasil

lidriana@ufc.br



Paulo Roberto Silva Pessoa

Universidade Estadual do Ceará - Fortaleza - Ceará - Brasil

paulorpessoa@gmail.com

Resumo: Os povos indígenas historicamente ocupavam toda a região litorânea cearense e diversas áreas do interior. A etnia Tremembé está presente nos municípios de Itapipoca, Itarema e Acaraú - CE. O objetivo deste estudo foi compreender o significado das categorias, paisagem e território, relacionando-as com a identidade e a percepção ambiental dos indígenas da Barra do Mundaú e de Almofala. A metodologia deste trabalho foi de cunho quali-quantitativo com a aplicação de formulário e entrevista relacionados à cognição da percepção ambiental nas Escolas Indígenas Tremembé. Os resultados obtidos demonstraram um forte vínculo entre os estudantes, professores e lideranças indígenas com o

ambiente costeiro e sua geodiversidade. Ficou evidente o pertencimento ao lugar-ambiente, a ancestralidade cultural e territorial, as memórias e as histórias de luta étnica. A categoria território representa a prática ativa de compromisso individual e solidariedade coletiva com a causa indígena, simbolizando viver em comunidade, além de representar espaço de histórias, memórias e afetividade conquistada. É significativa a concepção e vivência de que a categoria paisagem está marcada pela experiência vivenciada na aldeia, aguçando assim além da visão, os outros sentidos a partir do contato com os aspectos naturais e culturais.

Palavras-chave: Ambientes litorâneos. Escolas indígenas. Percepção ambiental.

Abstract: Indigenous people historically occupied the coastal zone and the hinterland of Ceará. The Tremembé ethnic group is present in the municipalities of Itapipoca, Itarema and Acaraú - CE. The aim of this study was to understand the meaning of the categories, landscape and territory, relating them to the identity and environmental perception of the indigenous people of Barra do Mundaú and Almofala. The methodology of this article was qualitative and quantitative, with the application of a form and an interview related to the cognition of environmental perception in the Tremembé Indigenous Schools. The results obtained demonstrated a strong link between students, teachers and indigenous leaders with the coastal environment and its geodiversity. The belonging to the place-environment, cultural and territorial ancestry, memories and history of ethnic struggle became evident. The territory category represents the active practice of individual commitment and collective solidarity with the indigenous cause, symbolizing living in community, in addition to representing a space of stories, memories and acquired affection. It is significant the conception and experience that the landscape category is marked by the local experience of the existing places in the village, thus stimulate, beyond vision, the other senses from the contact with the natural and cultural aspects.

Keywords: Coastal environments. Indigenous schools. Environmental perception.

Resumen: Los pueblos indígenas históricamente ocupaban toda la región costera cearense y diversas áreas del interior. La etnia Tremembé está presente en los municipios de Itapipoca, Itarema y Acaraú - CE. El objetivo de este estudio fue comprender el significado de las categorías, paisaje y

ambiental para pueblos indígenas de la Barra del Mundaú y de Almofala. La metodología de este trabajo fue de cuño cuali-cuantitativo con aplicación de formulario y entrevista relacionados a la cognición de la percepción ambiental en las escuelas indígenas Tremembé. Los resultados obtenidos demostraron un flerte vínculo entre los estudiantes, profesores y liderazgos indígenas con el ambiente costeiro y su geodiversidad. Se quedó evidente la pertinencia al lugar-ambiente, la ascendencia cultural y territorial, las memorias y las historias de lucha étnica. La categoría territorio representa la práctica activa de compromiso y solidaridad colectiva con la causa indígena, simbolizando vivir em comunidade, además de representar espacio de historias, memorias y eficacia conquistada. Es significativa la concepción y experiencia de que la categoría paisaje está marcada por la experiencia experimentada en la aldea, agudizando así además de la visión, los otros sentidos a partir del contacto con los aspectos naturales y culturales.

Palabras clave: Ambientes costeros. Escuelas indígenas. Percepción ambiental.

Introdução

O litoral cearense está localizado na costa setentrional brasileira e apresenta uma grande variedade de sistemas ambientais, tais como planícies fluviomarinhas, estuários lagunares, dunas, lagoas costeiras, praias, barreiras e ilhas costeiras (MORAIS *et al.*, 2019; PINHEIRO *et al.*, 2016). Historicamente, nesses sistemas ambientais é possível observar elementos históricos e culturais, a exemplo da resistência e da atual ocupação de territórios com a presença de etnias indígenas (MEIRELES; MARQUES, 2004).

De acordo com Moraes *et al.* (2019) e Pinheiro *et al.* (2020), a zona costeira setentrional do Brasil apresenta uma nítida influência semiárida e se encontra delimitada entre o Delta do Parnaíba, na divisa Piauí-Maranhão, e Touros, no Rio Grande do Norte, o que demonstra um controle dos agentes dinâmicos na paisagem fortemente influenciados pelo clima semiárido. Nos ambientes sujeitos a estas condições, as chuvas se concentram na primeira metade do ano, entre os meses de fevereiro a maio com volumes médios anuais em torno dos 1000mm. As temperaturas médias ficam em torno dos 27,5°C.

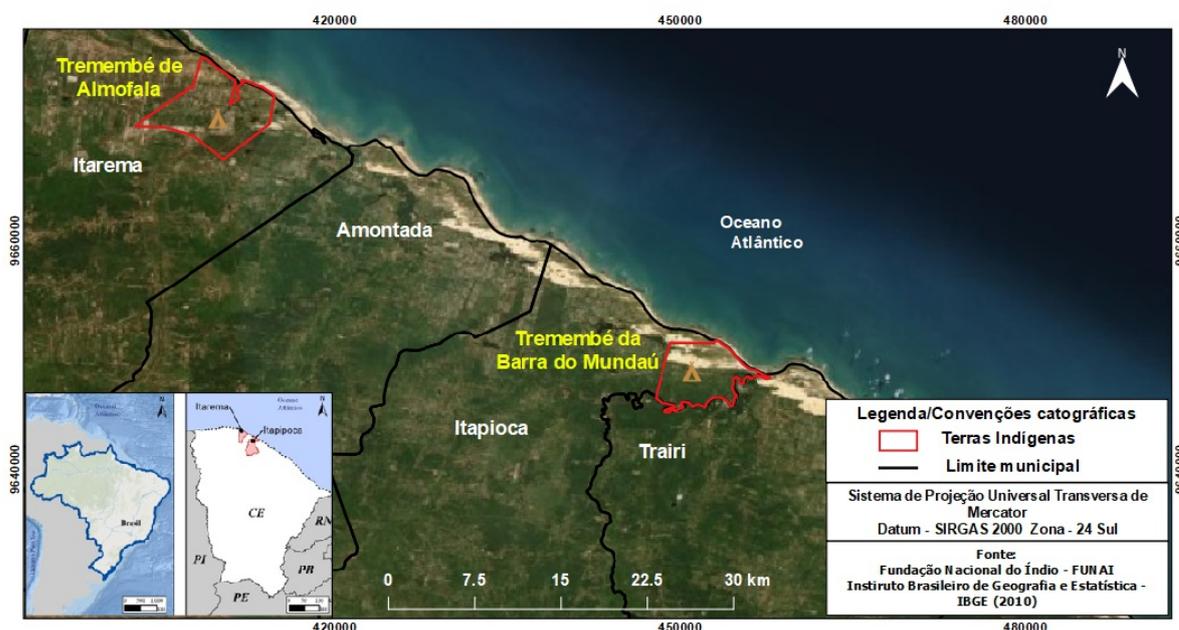
Segundo ADELCO (2017), o litoral cearense é marcado pela existência dos seguintes povos indígenas: etnia Tapeba, no município de Caucaia; Anacé, no município de São Gonçalo do Amarante e em Caucaia; os Jenipapo-Kanindé, no município de Aquiraz; e os Tremembé, nos municípios de Itapipoca, Itarema e Acaraú (Figura 1). Outras populações indígenas como os Kalabaça, Potyguara e Tabajara ainda resistem ocupando área do interior do estado.

As populações indígenas têm uma profunda relação de dependência dos serviços ambientais inerentes aos territórios para se manterem estabelecidas mediante os aspectos culturais, sociais e econômicos (MEIRELES; MARQUES, 2004). A saúde, o bem-estar e, em muitos casos, a própria sobrevivência das populações litorâneas depende da saúde e das condições dos sistemas costeiros (MMA, 1997).

A percepção ambiental dos indígenas Tremembé, que atuam cotidianamente na zona costeira, necessita ser analisada espacial e temporalmente, mas sobretudo com foco no desenvolvimento sustentável, que cada vez mais se apresenta não como uma alternativa, mas como uma necessidade de sobrevivência destas populações. Para Oliveira (2017, p. 28) a “percepção ambiental

envolve a compreensão do espaço natural e o significado de paisagem relacionado a esse espaço. Cada indivíduo tem sua própria maneira de ver e reconhecer o ambiente em que vive”. Procurou-se correlacionar as categorias paisagem, território e identidade com a relação socioambiental e sociocultural destes povos indígenas que habitam a zona costeira.

Figura 1 – Mapa de localização da área estudada



Fonte: Autores (2020).

As Escolas Indígenas Tremembé - EIT também apresentam papel importante por se constituírem em espaços indígenas que proporcionam uma escolarização desde o ensino fundamental até o ensino médio de forma regular, mas com conteúdo, práticas e vivências relacionadas a sua origem e identidade indígena.

As EIT começaram a surgir no processo político de luta e resistência de autoafirmação étnica a partir das décadas de 1980 – não se encontravam como hoje, melhor estruturada fisicamente (ADELCO, 2017; LIMA; BARBOSA, 2018). No passado, encontrava-se de modo não oficializado ainda pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará, em espaços como: barracas de palha, casas de apoio indígena, casas de farinhas ou debaixo dos cajueiros. De acordo com a ADELCO (2017) e Lima e Barbosa (2018) foi a partir da experiência da Escola Alegria do Mar, hoje denominada EIT Maria

Venâncio, na aldeia da Praia, em Almofala, na década de 1990, que hoje é possível referir a existência de 12 Escolas Indígenas Tremembé distribuídas entre os municípios de Acaraú, Itarema e Itapipoca.

Material e método

Caracterização da área de estudo

A pesquisa foi realizada nas terras indígenas (TI) dos Tremembé da Barra do Mundaú e Tremembé de Almofala, localizadas no litoral oeste do Ceará.

A TI da Barra do Mundaú é formada pelas aldeias de Buriti de Baixo, Buriti do Meio, Munguba e São José. A TI de Almofala é formada por 15 aldeias (Adelco, 2017), dentre elas estão a da Varjota e da Praia. Em ambas as áreas, observa-se uma realidade semelhante, onde muitas famílias Tremembé sobrevivem das atividades agrícolas, da pesca marinha e fluvial, da coleta de mariscos (MEIRELES; MARQUES, 2004; SILVA; TELES; VERÍSSIMO; PEREIRA, 2002), bem como da prestação de serviços nas escolas, creches e unidades de saúde indígena.

Os municípios costeiros onde se encontram essas terras indígenas são compostos por múltiplas feições ambientais. A planície costeira no distrito de Almofala apresenta depósitos eólicos (dunas móveis, dunas fixas e eolianitos), plataformas de abrasão na faixa de praia, lagoas costeiras, planície fluviomarina com presença vegetacional de mangue, falésia fluvial na margem direita do rio Aracatimirim e barreiras costeiras associadas a dinâmica hidroclimática e fluvial (RODRIGUES *et al.*, 2019; MOURA, 2018; BEZERRA FILHO, 2017; RODRIGUES *et al.*, 2016). Em muitos desses geoambientes é onde estão inseridas as aldeias da TI de Almofala, além de grande parte do território se encontrar no geoambiente dos tabuleiros costeiros.

A terra indígena de Almofala apresenta uma área total de 4.900 hectares. A busca por demarcação teve início em 1986, com apoio da Associação Missão Tremembé. Entretanto, o procedimento encontra-se judicialmente suspenso desde 1996. A suspensão existe em detrimento de expedientes jurídicos movidos por uma empresa da região. (ADELCO, 2017).

A planície costeira de Itapipoca também apresenta forte

riqueza de elementos naturais e geoambientais, com um vasto campo de dunas (fixas e móveis) e variadas feições de eolianitos (MESQUITA *et al.*, 2014), em meio a esses depósitos eólicos formam-se lagoas costeiras perenes e sazonais (MEIRELES; MARQUES, 2004) a depender da quadra chuvosa. O rio Mundaú e seus meandros na porção final do curso fluvial proporcionam a formação da planície fluviomarinha (TORRES; FALCÃO SOBRINHO, 2010) com canais de maré, bancos arenosos e manguezais, estes últimos estando tanto na margem esquerda, limite de Itapipoca quanto na margem direita, limite do município de Trairi. As aldeias da TI da Barra do Mundaú são delimitadas, em sua maioria, por diferentes córregos que cortam o território entre as áreas de tabuleiros costeiros e os campos dunares (MEIRELES; MARQUES, 2004).

Os Tremembé da Barra do Mundaú buscam a demarcação de terras referente a uma área de 3.580 hectares. De acordo com a ADELCO (2017), a história das aldeias de Buriti de Baixo, Buriti do Meio, Munguba e São José estão tradicionalmente marcadas pela ocupação desse território a partir da migração de algumas famílias vindas de Almofala, em tempos pretéritos.

Todavia, não se encontram realizados os procedimentos de desintrusão e indenização dos não-indígenas, logo não está oficialmente homologada. Os principais conflitos e ameaças existentes em relação as terras indígenas da Barra do Mundaú são com posseiros não-indígenas e principalmente com empreendimentos turísticos. Desde 2002, essa situação conflituosa tem gerado ameaças e episódios violentos, além de procedimentos e ações de retomadas por parte dos Tremembé (ADELCO, 2017).

Procedimentos metodológicos

Tornou-se importante o estudo bibliográfico a partir da percepção do ambiente, tendo como base a compreensão de Tuan (1980), Melazo (2005) e Oliveira (2017). As metodologias de coleta de dados para a análise da Percepção Ambiental foram baseadas nas utilizadas por Ferreira (2001), Lima (2011) e Bezerra Filho (2017).

A sistematização da Percepção Ambiental dos Tremembé foi feita a partir da criação e produção dos etnocatálogos sobre as categorias: i) paisagem, ii) território, iii) identidade indígena e iv) com o quadro síntese dos discursos associados à cognição da

percepção. Os gráficos e tabelas gerados vieram do questionário respondido.

Na produção do trabalho, foi necessária a aplicação do questionário e das entrevistas, estando os dois procedimentos aprovados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) através da Autorização nº 21/AAEP/PRES/2019, Processo nº 08620.015467/2018-04 e SEI de nº 1117438, assim como de acordo com as normas do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará, tendo o CAAE de nº 97069218.0.0000.5534. Para a composição final dos etnocatálogos, considerou-se o uso das metodologias participativas dos estudos de Garcez e Fraxe (2011); Bezerra Filho (2017); Borgonha et al. (2017).

Foram realizados diversos trabalhos de campo em cada terra indígena no decorrer dos anos de 2018 e 2019. Realizou-se o estudo etnográfico (GIL, 2002; MÓNICO *et al.*, 2017) através da abordagem observação participante. Em outra etapa foi aplicado o questionário e realizada a entrevista.

Optou-se pela aplicação do questionário nas Escolas Indígenas Tremembé (EIT), visto que são fortes representações da etnicidade, além dessas instituições educacionais participarem nas diversas lutas inseridas no movimento indígena do Ceará, em busca da defesa e demarcação territorial, da segurança alimentar, da saúde e educação diferenciada indígena. Nas EIT o nível de escolaridade dos professores e o processo de escolarização dos estudantes otimizarão a aplicação do questionário.

Na TI da Barra do Mundaú, localizada a 170 km de Fortaleza, capital do Ceará, foi aplicado questionário na Escola Indígena Tremembé (EIT) Brolhos da Terra e entrevistas com distintas lideranças. Na TI de Almofala as coletas de dados ocorreram através da EIT José Cabral de Sousa (aldeia da Varjota), da EIT Maria Venâncio (aldeia da Praia), onde foram realizadas entrevistas com lideranças indígenas.

Após as etapas de campo e a sistematização das informações coletadas com as entrevistas e questionários aplicados, correlacionou-se a percepção ambiental dos relatos indígenas e etnocatálogos com as conceituações teóricas de território (ANDRADE, 1994; RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 2009; VASCONCELOS, 2015), paisagem e preservação ambiental (LEFF, 2001; MEINIG, 2002; BERTRAND; BERTRAND, 2007) e topofilia do lugar-ambiente (TUAN, 1980; CHAUI, 2000).

Participaram das entrevistas, lideranças das aldeias da Barra

do Mundaú, em Itapipoca, lideranças da aldeia da Varjota em Itarema e lideranças da aldeia da Praia, em Almofala, Itarema, além de indigenistas, que participaram historicamente da luta pelos direitos indígenas Tremembé.

Em relação ao público participante da entrevista, contabilizou-se 8 lideranças da aldeia da Barra do Mundaú, em Itapipoca, 6 lideranças da aldeia da Varjota, em Itarema, 2 lideranças da aldeia da Praia, em Almofala, Itarema, e 2 indigenistas cearenses, totalizando 18 entrevistados. Correspondente ao público participante do questionário, constatou-se o total de 58 pessoas, sendo 24 professores e 34 estudantes do ensino médio.

O total de indígenas participantes da pesquisa por aldeias Tremembé encontra-se distribuído em 17 pessoas na EIT Brolhos da Terra, mesmo quantitativo presente na EIT Maria Venâncio, e 40 pessoas participantes na EIT José Cabral de Sousa. Comparando o número de participantes com a população total do recorte espacial analisado, identificou-se 3,3% de uma população de 508 indígenas (ADELCO, 2017) nas aldeias da TI da Barra do Mundaú. De acordo com as etapas de campo e com o Conselho Indígena Tremembé de Almofala, verificou-se a participação de 5,8% da população de 688 indígenas na Aldeia da Varjota e 10,2% de uma população de 167 indígenas na Aldeia da Praia, ambas aldeias pertencentes a TI de Almofala.

Resultados e discussões

O perfil dos participantes do questionário compreendeu 65% de pessoas do sexo feminino e 35% do sexo masculino, que quando classificadas por faixa etária encontravam-se divididos entre as faixas etárias de 15 e 17 anos 34,48%, 18 a 29 anos 34,48%, 30 a 39 anos 27,6%, 40 a 49 anos 1,72% e entre 50 a 59 anos era 1,72%.

Os participantes da entrevista encontravam-se distribuídos entre as faixas etárias: 6% com idade entre 15 e 17 anos; 11% com idade entre 30 e 39 anos; 33% com idade entre 40 e 49 anos; 22% com idade entre 50 e 59 anos e 28% com idade acima de 60 anos. Ao serem classificados por sexo, corresponderam a 61% de homens e 39% de mulheres entrevistadas.

De modo geral, do público participante do questionário,

25,86%, 1 professor e 14 alunos, apresentaram uma renda familiar mensal abaixo de um salário-mínimo - R\$ 954,00 no período da pesquisa. Observou-se que 46,55%, percentual que corresponde a 11 alunos e 16 professores, sobreviviam com renda familiar mensal de 1 a 2 salários-mínimos, e 13,79%, percentual correspondente a 7 professores e 1 aluno, afirmaram sobreviver com renda familiar mensal de 3 a 4 salários-mínimos. Não souberam responder qual a renda familiar mensal 13,79% (8 alunos).

Os etnocatálogos produzidos a partir da percepção e relação ambiental dos indígenas Tremembé com as terras indígenas situadas na zona costeira do nordeste setentrional brasileiro apresentaram, de modo geral, fortes vínculos com as memórias sociais e coletivas da etnia transmitida através da oralidade, dos sítios arqueológicos evidenciados (BORGES; VILELA; SILVA, 2016; PINTO; MATOS; RUFINO, 2018), com as rodas de Torém, descritas por Oliveira Junior (1998), Valle (2005), Messeder (2012), Oliveira e Albuquerque (2012); com os momentos de fortalecimento espiritual e de valorização da cultura Tremembé através de suas festividades; com a consciência da identidade indígena estando associada ao corpo de modo independente da situação ou espacialidade onde se encontra; reconhecendo a necessidade identitária e a dependência cultural de estar enraizado nas terras onde historicamente vivem e tem o elo intrageracional pelos elementos naturais e culturais da paisagem, além das lutas relacionadas ao território estudadas anteriormente por Araújo (2015), Oliveira Junior (1998), Messeder (2012) e Vasconcelos (2015).

No etnocatálogo referente à identidade indígena (Figura 2), ficou evidente nas descrições discursivas o pertencimento ao lugar-ambiente (em especial natureza e cultura), a ancestralidade cultural e territorial (a origem indígena, os avós, os troncos velhos e os “broios”), as memórias e as histórias de luta étnica (os costumes, as tradições e a autoidentificação enquanto povo Tremembé), a identificação e o reconhecimento enquanto aldeia (o significado de coletividade em ser indígena e todas as consequências que isso traz) e na perspectiva de futuro para a manutenção da luta pelos direitos indígenas, em especial para as crianças (curumins) e os jovens.

Figura 2 - Etnocatálogo referente à identidade indígena Tremembé



Fonte: Autores (2020).

Corroborando com o etnocatálogo sobre a identidade indígena (Figura 2), as respostas certificam todos os entrevistados e a maioria dos participantes confirmando a autoidentificação enquanto Tremembé, apenas um professor da EIT José Cabral de Sousa não se identificou como indígena, cenário comum nas outras escolas participantes. Os participantes do questionário que reconheceram a autoidentificação Tremembé associam sua identidade indígena à descendência 18%; à cultura praticada 16%; à origem e suas raízes 12%; às tradições e costumes 12%; à identidade e ao própria direito de autoidentificação 8%; à resistência étnico-territorial 7%; ao reconhecimento étnico, à história de vida (5% para cada); à ancestralidade do povo Tremembé 4%; além de outros itens que somados contabilizaram 13% da percepção ambiental dos indígenas Tremembé (Tabela 1).

Tabela 1 - O que faz os participantes da pesquisa reconhecer-se como pertencente aos Tremembé

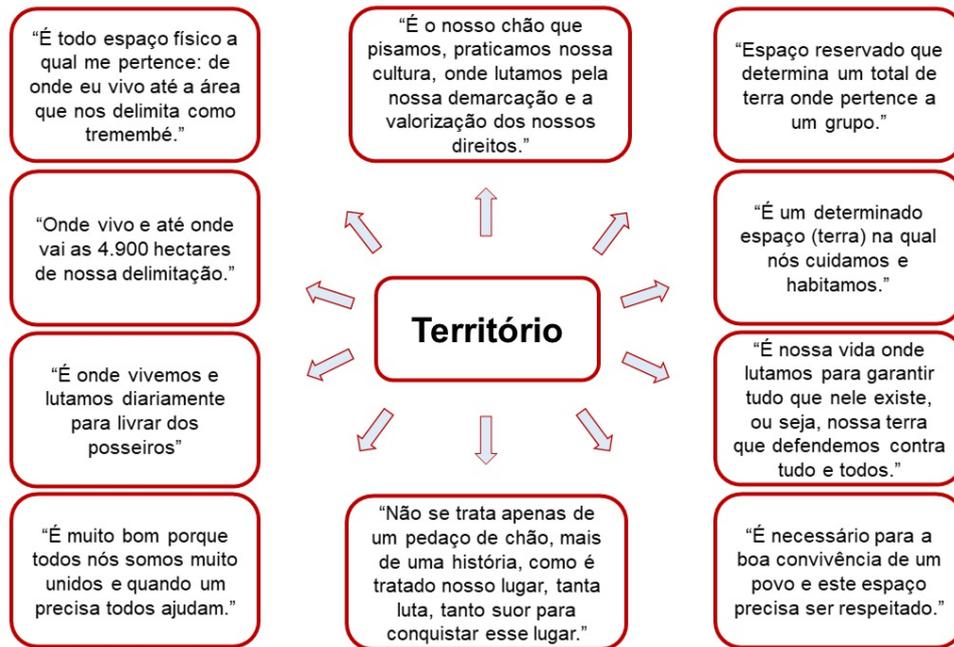
O que te faz reconhecer-se por pertencente a essa cultura/povo?	(%)	O que te faz reconhecer-se por pertencente a essa cultura/povo?	(%)
Descendência	18%	Consciência/Orgulho do que sou	2%
Cultura	16%	Ensinamentos	2%
Tradições e costumes	12%	Movimento Indígena	2%
Origem e raízes	12%	Pertencimento	2%
Autoidentificação e identidade	8%	Certeza de um futuro melhor para meu povo	1%
Resistência	7%	Conhecimento	1%
História de vida	5%	Crença	1%
Reconhecimento Indígena	5%	Etnicidade	1%
Ancestralidade	4%	Modo de viver	1%

Fonte: Autores (2021).

Para relacionar a percepção ambiental sobre a representatividade da categoria de território, o questionário possibilitou o conhecimento sobre a temporalidade de vida dos participantes nas terras em que hoje tecem suas relações sociais com o território em que vivem. Desse modo, 88% afirmaram viver no território desde o seu nascimento, 5% afirmaram viver desde sua infância e 5% desde adolescência, apenas 2%, um professor da EIT Brolhos da Terra é residente recente.

Referente ao etnocatálogo sobre o que os Tremembé abrangem por território (Figura 3), os discursos indígenas retratam compreendê-lo como uma porção física de terras com precisa delimitação que apresenta controle, poder e pertencimento para e pela etnia indígena; como um espaço marcado pela relação de zelo, respeito e morada, fundamental para as vivências culturais e a afirmação das forças para a labuta do cotidiano (a “lida do dia a dia”, como eles preferem chamar) e para as lutas, na busca pelos direitos pertinentes aos povos indígenas, terra demarcada e homologada, saúde e educação diferenciada, além da luta contra os posseiros. Constatou-se também a representação e prática ativa de compromisso individual e solidariedade coletiva com a causa indígena, além de simbolizar viver a vida em comunidade. Por fim, o território representa espaço de histórias, memórias e afetividade conquistada diariamente e enquanto processo contínuo.

Figura 3 - Etnocatálogo relativo ao que é território para os indígenas Tremembé



Fonte: Autores (2020).

A aplicação do questionário possibilitou compreender que nos discursos descritos a percepção indígena para a categoria de território se remete, em sua maioria com 26%, ao espaço 'onde se vive', seguido da associação feita ao espaço físico-territorial (a exemplo das 4.900 hectares da TI de Almofala) a ser delimitado 11%; ao espaço de luta ("onde se luta pela demarcação", "onde se luta pelos direitos e "onde se luta pela a afirmação étnica", na fala dos Tremembé das duas terras indígenas) correspondeu a 11% das respostas; ao espaço de histórias e vivências 8% (marcado pela oralidade e ancestralidade); ao espaço de pertencimento e ao espaço sagrado (7% cada resposta); ao espaço de valorização da cultura e identidade indígena Tremembé 5%, além de outras classificações com menores percentuais, contidas na Tabela 2.

Ficou muito presente a relação do território enquanto espaço de pertencimento, espiritualidade, vínculos culturais, tradições, labuta, riquezas ambientais e paisagísticas, assim como dotada de relações de poder, conhecimento, unidade e solidariedade - Tabela 2.

Tabela 2 - Percepção ambiental da categoria de Território pelos indígenas participantes do questionário

Território é...	(%)	Território é...	(%)
Onde se vive	26%	Espaço de vida	2%
Área/espaço delimitado	11%	Relação de poder e posse	2%
Espaço de luta	11%	Solidariedade	2%
Espaço de histórias e vivências	8%	Espaço de transformação	1%
Espaço de pertencimento	7%	Garantia de direitos	1%
Espaço sagrado/Espaço dos rituais	7%	Lindas paisagens	1%
Espaço de valorização da cultura e identidade	5%	Muitas riquezas	1%
Terra que cuidamos	3%	Nossa força	1%
Espaço de respeito/ Espaço ocupado	3%	O que é transformado por indivíduos	1%
Espaço de trabalho	3%	Espaço de conhecimento	1%
Chão que pisamos	2%	Defesa da vida	1%

Fonte: Autores (2021).

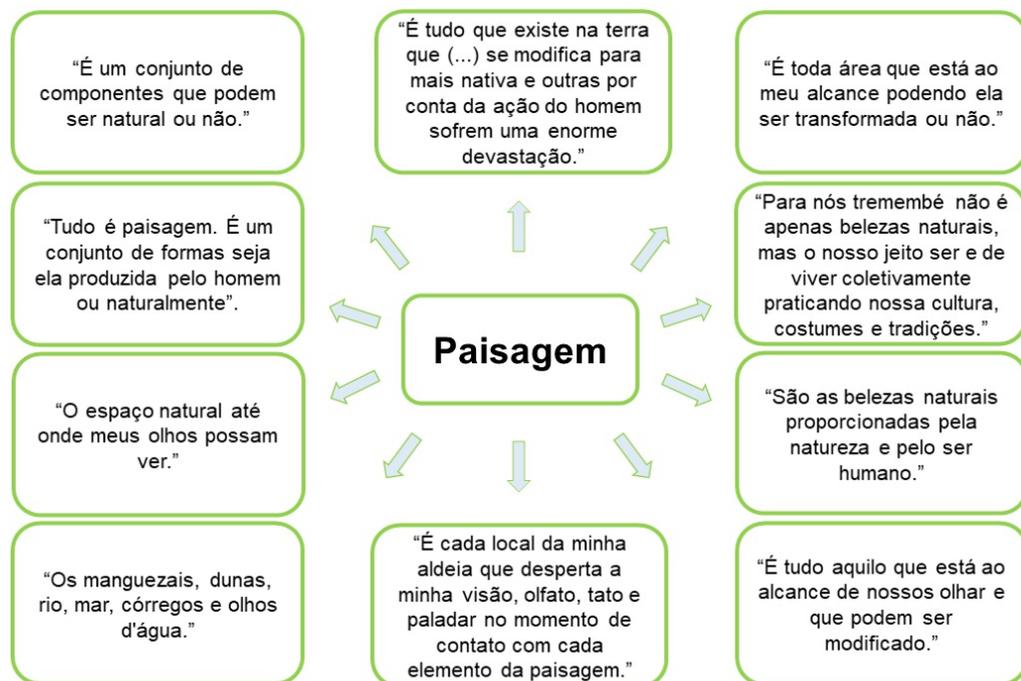
Os relatos orais e escritos alcançados com a pesquisa a partir da categoria de território reforçam afirmação do território do trabalho e da produção (VASCONCELOS, 2015), da identidade étnica, mas também confirma a reivindicação política por sua existência – identificada em Oliveira e Albuquerque (2012) e Pinto, Matos e Rufino (2018) – de modo associado ao processo da demarcação de suas terras com a homologação e desintrusão dos posseiros sendo garantida.

No que diz respeito à percepção ambiental no etnocatálogo que retrata o entendimento da paisagem (Figura 4), os indígenas evidenciaram aspectos importantes, como a paisagem sendo composta por um conjunto de formas e componentes naturais ou produzidas pelo trabalho humano; alguns conceberam apenas como o espaço natural associado ao campo visual – “até onde meus olhos possam ver”, outros conceberam uma área delimitada pelo alcance humano havendo a possibilidade de ser transformada, ou não, pelo pensamento em conjunto da ação humana.

No etnocatálogo da Figura 4, a paisagem também foi discutida como produto e potencialidade da existência de boas relações do ser humano com a natureza, proporcionando belezas paisagísticas. É significativa a percepção ambiental dos indígenas Tremembé à concepção e vivência de que a paisagem é marcada pela experiência local dos lugares existentes na aldeia que aguça, além da visão, os outros sentidos (ouvir, tocar, provar) a partir do

contato com os aspectos naturais – “os manguezais, dunas, rio, mar, córregos e olhos d'água.” –, mas também com os aspectos culturais – “(...) o nosso jeito de ser e de viver coletivamente e praticando nossa cultura, costumes e tradições.”.

Figura 4 - Etnocatálogo sobre a compreensão de paisagem pelos Tremembé



Fonte: Autores (2020).

Os relatos escritos pelos indígenas no questionário possibilitaram analisar que a percepção de paisagem está mais associadas às belezas naturais 11%; ao que se avista na natureza 9%; às ações da natureza 8%; às matas 7%; às ações humanas 7%; aos elementos naturais e humanos 6%; aos corpos hídricos – córregos, lagoas, olhos d'água e rios – 6%; ao mar e faixas de praia 5%; à preservação da natureza 4%, às modificações percebidas 3%, à realidade vivida pelos Tremembé 3% e às particularidades e vida na aldeia 2%; aos costumes e tradições 2%; aos elementos naturais, como dunas 2%, manguezais 2%, fauna 1%, lagamar 1% e peixes 1%. Os participantes que não souberam responder somaram 6% e demais percepções contabilizam os 14% restantes (Tabela 3).

Tabela 3 - Percepção ambiental da categoria de Paisagem pelos indígenas participantes do questionário

Paisagem é...	(%)	Paisagem é...	(%)
Belezas naturais	11%	Costumes e tradições	2%
O que avistamos na natureza	9%	Os elementos percebidos através dos sentidos	1%
Ação da natureza	8%	Elementos culturais e econômicos	1%
Matas	7%	Conceito usado nas Artes, Ciências e Geografia	1%
Ação humana	7%	Fauna	1%
Sem resposta	6%	Alegria	1%
Córregos, lagoas, rios, Olhos D'água	6%	Coqueiros	1%
Elementos naturais e humanos	6%	Especificidades do espaço	1%
Mar e praias	5%	Essência de um lugar	1%
Preservação da natureza	4%	Lagamar	1%
Modificações percebidas	3%	Peixes	1%
Onde vivemos	3%	Pureza	1%
Aquilo que está ao nosso redor	2%	Tranquilidade	1%
Dunas	2%	Tudo que nos cerca	1%
Manguezais	2%	Tudo que tem vida	1%
A vida e particularidades na aldeia	2%	Variedade de elementos físicos	1%

Fonte: Autores (2021).

É preocupante o baixo percentual de associações perceptivas relacionadas aos geoambientes de dunas e às planícies fluvioamarinhas (no caso, representada pelos indígenas como manguezais), assim como a fauna em geral, mas de modo específico os peixes – verificado na Tabela 3. Tendo em vista que a zona costeira dos municípios de Itarema e Itapipoca são importantes áreas de pesca, especialmente no primeiro município. Do mesmo modo que apresentam significativas áreas compostas por vegetação de mangue nas planícies fluvioamarinhas do Rio Mundaú (em Itapipoca), do Rio Aracatimirim e complexo estuarino de Porto dos Barcos (em Itarema).

A partir da relação e da percepção ambiental, assim como dos discursos e significados de identidade indígena Tremembé, paisagem e território, foi possível identificar as seguintes classes de serviços ecossistêmicos nas terras indígenas costeiras de Almofala e da Barra do Mundaú: i) plantas selvagens e algas marinhas; animais selvagens (peixes, crustáceos, moluscos gastrópodes marinhos, aves, roedores, répteis e outros) e da aquicultura (camarão); ii) fibras e materiais de plantas e animais para uso direto ou transformação (madeira para construção civil de cercas, ripas, vara para balsa, bem como madeiras para a produção de remédio natural, de ornamentos e artesanatos da

cultura indígena Tremembé); e iii) recursos à base de plantas (lenha). Vale ressaltar que os materiais e recursos à base de plantas são oriundos da fitogeografia contida no complexo vegetacional da zona litorâneo, na floresta perenifólia paludosa marítima e na floresta mista dicotilo-palmaceae – corroborando as análises de Pinto, Matos e Rufino (2018) e Meireles e Marques (2004).

O Quadro 1 foi sistematizado como produto síntese dos distintos discursos identificados após a aplicação da entrevista e questionário com o público participante dos territórios indígenas da Almofala e da Barra do Mundaú. Associado aos discursos proferidos pelos indígenas e indigenistas é possível identificar a descrição paralela da categoria analítica e o embasamento teórico (ou literário) a qual vinculamos o processo de expressão dos participantes.

Quadro 1 - Discursos indígenas Tremembé apresentados na análise qualitativa

Citações das entrevistas e questionários	Categorias de análise	Embasamento literário
"Porque se o índio não tiver luta, praticamente, ele não conhece o que é o povo indígena, porque todos eles passam por essa etapa de conflito e essa dificuldade. Então se tiver um índio no mundo que não tem dificuldade eu acho que ainda estamos por saber, porque todos eles passa por isso. E aí tivemos muita sorte que dentro da nossa aldeia nunca no mundo teve derramamento de sangue, ao contrário de out ros locais aí que aconteceu isso, e nós sempre confiando nos nossos encantados e confiando no nosso pai maior que é nosso pai Tupã, né? nos protegeu, né? " (P. Tremembé, TI da Barra do Mundaú).	Território	"O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence." (SANTOS, 2009, p. 8).
"Por ser o meu território, onde eu nasci e quero criar os meus filhos, onde minha cultura é trabalhada." (M. J. N. Tremembé, TI da Almofala).	Topofilia: sentido de ambiente - lugar	"[...] é sempre uma experiência dotada de significação, isto é, o percebido é dotado de sentido e tem sentido em nossa história de vida, fazendo parte de nosso mundo e de nossas vivências [...]." (CHAUÍ, 2000, p. 154).

cont.

Citações das entrevistas e questionários	Categorias de análise	Embasamento literário
<p>“Bom... a nossa paisagem ela realmente é diferente do território, por quê? Porque hoje o território é o que a gente se afirma e a paisagem é o que tem dentro dele né? Então, assim, tem uma paisagem que a gente tenta, até hoje, preservar. A paisagem são nossos manguezais, as nossas mata nativa, né? Os morros [dunas], as lagoas, é as nascentes, então pra nós isso representa a nossa maior paisagem, né? Como território e que a gente luta contra a devastação dessa paisagem, contra a questão do desmatamento e das queimada, da poluição, preservando e cuidando nossos olhos d’água, né? Do s nossos manguezais que simboliza toda essa paisagem pra nós do nosso território, né? Que é coberto dessa paisagem que a gente tem – com mangue, morro, praia, rio. Então isso simboliza tudo pra mim na paisagem.” (A. Tremembé, TI da Barra do Mundaú).</p>	<p>Paisagem e Preservação Ambiental</p>	<p>“A paisagem não é mais esta entidade neutra e compassada que paira imutavelmente sobre o campo social. É um produto econômico e cultural integrado ao sistema social, mas ela não para de surgir e funcionar como um sistema ecológico.” (BERTRAND; BERTRAND, 2007, p. 228 -229).</p>

Fonte: Autores (2020).

No correspondente aos aspectos socioambientais e socioculturais, confirmou-se que há uma forte preocupação com a manutenção dos seguintes geossímbolos: o Torém, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Almofala e as festividades tradicionais das aldeias, tais como a Festa do Murici e Batiputá, a Festa da Farinhada e a Festa de Yemanjá (como parte da espiritualidade Tremembé); o Lagamar (no estuário do Rio Aracatimirim); as dunas e as lagoas dunares assim como a praia e o mar (enquanto espaços sagrados por apresentar sítios arqueológicos e a presença dos encantados); as canções, os adornos e os artefatos artesanais indígenas produzidos; o manguezal no estuário do rio Mundaú - enquanto parte da Mãe-Terra que muito tem para oferecer ao povo com os peixes, os crustáceos, as aves, os animais da caça e a própria vegetação.

De modo geral, assim como Oliveira e Albuquerque (2012) identificaram o Torém enquanto elemento singularizador, demarcador e mobilizador da identidade Tremembé, o presente estudo também o faz ao identificar os geossímbolos mencionados no parágrafo anterior nos discursos orais das entrevistas e nos escritos dos questionários respondidos – reafirmando ainda: a)

profunda correlação com os estudos de Oliveira Junior (1998), ao analisar que o Torém praticado dentro das aldeias preserva sua dimensão espiritual e lúdica, e os estudos de Valle (2005), ao entender esse geossímbolo não apenas como tradição, folclore e um ritual, mas ao mesmo tempo como uma força e caracterização política e simbólica; b) mesmo sendo Tremembé, “se percebem como indígenas iguais aos outros e partícipes da mesma luta, se reconhecem como cearenses, brasileiros, homens, mulheres, professores, professoras, lideranças. Sendo essas identidades evocadas de acordo com a situação” (OLIVEIRA; ALBUQUERQUE, 2012, p.15.); c) os compartimentos geoambientais da planície litorânea e dos tabuleiros costeiros juntamente de seus componentes naturais estando intimamente vinculados com a materialidade e imaterialidade sociocultural (MEIRELES; MARQUES, 2004) produzida a partir das relações entre natureza e indígenas Tremembé, assim proporcionando a subsistência através da agricultura (SILVA; TELES; VERÍSSIMO; PEREIRA, 2002), caça, pesca e coleta; o cultivo e preservação de determinadas espécies vegetais para a medicina tradicional e alimentação (PINTO; MATOS; RUFINO, 2018), as reduzidas pastagens; a espiritualidade com a Mãe-Terra e seus encantamentos - de forma a configurar e reconfigurar a paisagem, a afirmar, significar e ressignificar o território e sua etnicidade.

Considerações finais

As relações de afetividade entre as aldeias, vínculos e pertencimento com lugar-ambiente correspondente a terra indígena no que se refere às relações conceituais de paisagem e território para a geografia, assim como a valoração do ambiente e seu conjunto de recursos naturais, bens e serviços ecossistêmicos enquanto fundamentais para a sobrevivência humana dos povos indígenas são condições pré-existentes na cosmovisão Tremembé.

A formulação dos etnocatálogos demonstrou-se relevante, enquanto elemento metodológico, para a compreensão dos hábitos, tradições e modo de vida do povo Tremembé, elementos que em conjunto formam e definem a cultura e a identidade deste povo.

Dessa forma os registros orais são perfeitamente validados, uma vez que estabelecem conexões socioambientais e

socioculturais dos indígenas Tremembé na zona costeira do estado do Ceará. Estes elementos são indispensáveis nesta análise para compreender o significado das categorias de paisagem, território e identidade dos indígenas da Barra do Mundaú e de Almofala – CE.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Programa CAPES/PRINT (Código de financiamento: 001- Pinheiro,LS), ao CNPq (316941/2021-Pinheiro,L), ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (ProPGeo) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e ao Laboratório de Geologia e Geomorfologia Costeira e Oceânica (LGCO/UECE). Os agradecimentos são feitos ainda a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) pela autorização de ingresso nas terras indígenas estudadas, e aos Tremembé de Almofala e da Barra do Mundaú por participarem do estudo.

Referências

ADELCO. Associação Para Desenvolvimento Local Co Produzido. **Diagnóstico e estudo de linha de base:** projeto fortalecendo a autonomia político-organizativa dos povos indígenas. Ceará: Adelco/Esplar, 2017. 180p.

ANDRADE, M. C. D. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. D.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território:** globalização e fragmentação. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 213-220.

ARAÚJO, M. S. D. **Contribuição indígena Tremembé no processo de formação socioespacial do Ceará.** 2015. 89f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2015.

BERTRAND, G; BERTRAND, C. **Uma geografia transversal e de travessias:** o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá: Massoni, 2017. 332p. Tradução de Messias Modesto dos Passos.

BEZERRA FILHO, F. A. A. **Sistemas estuarinos de Torrões e Porto dos Barcos, Itarema (Ceará, Brasil):** um olhar a partir da Percepção Ambiental. 2017. 177f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências e Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

BORGES, J. F.; VILELA, L. das C.; SILVA, T. R. V. da. História e Arqueologia na construção da interculturalidade: construindo saberes plurais com os Tremembés de Almofala – CE. **Fronteiras: Revista de História**, Dourados, MS, v. 18, n. 32, p. 178-196, 2016.

BORGONHA, M. et al. Entre céu e água: elementos de navegação marítima oceânica e costeira dos jangadeiros da Caponga, litoral do Ceará. In: MOURA, G. G. M. **Avanços em Oceanografia Humana:** o socioambientalismo nas ciências do Mar. São Paulo: Paco Editorial, v. 30, 2017. p. 121-157.

CHAUÍ, M. O conhecimento. In: _____. **Convite à filosofia.** São Paulo: Ática, 2000. p. 136-224.

FERREIRA, C. R. T. **Avaliação da degradação ambiental urbana** através da percepção ambiental: o caso do alto da bacia do limoeiro,

através da percepção ambiental: o caso do alto da bacia do limoeiro, Presidente Prudente, SP. 2001. 102f. Dissertação (Mestrado em Geociências). Universidade de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2001.

GARCEZ, J. L. A. da F.; FRAXE, T. J. P. A educação escolar em uma comunidade de várzea no médio Solimões: a interação homem-ambiente frente aos desafios amazônicos. **Educação Ambiental em Ação**, v. 10, p. 41-49, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.

LEFF, E. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. 494p. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth.

LIMA, F. H. C. de. **A percepção ambiental da comunidade indígena tremembé de buriti e sítio são José (Itapipoca-CE) como estratégia para a sustentabilidade**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

LIMA, M. D. C. W.; BARBOSA, I. M. (Org.). **Povo Tremembé e remanescentes de quilombo vivendo em Acaraú:** histórias de luta por direitos e reconhecimento. Fortaleza: IFCE/Pró-Reitoria de Extensão, 2018. 85p.

MEINIG, D. W. O olho que observa: dez versões da mesma cena. **Espaço e Cultura**, n. 13, Rio de Janeiro, p. 35-46, 2002.

MEIRELES, A. J. de A.; MARQUES, M. **Parecer Técnico:** estudos e levantamentos ambientais, antropológicos e arqueológicos na Terra Indígena Tremembé de São José e Buriti, município de Itapipoca/CE. Fortaleza, 2004, 98p.

MELAZO, G. C. Percepção Ambiental e Educação Ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares & trilhas**. n. 6, Uberlândia, p. 45-51, 2005.

MESQUITA, A. F. et al. Assinaturas espectrais em depósitos eólicos litorâneos da Praia de Caetanos (Itapipoca - CE). **Revista de Geologia** - UFC, v. 27, n. 2, Fortaleza, p. 101-110, 2014.

MESSEDER, M. L. L. Etnicidade e ritual Tremembé: construção da memória e lógica cultural. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 2, p. 32-42, 2012.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **PNGC II - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro**. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), 135ª Sessão Ordinária, 1997. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/destaques/item/8644-plano-nacional-de-gerenciamento-costeiro-pngc>. Acesso em: 07 maio 2021.

MÓNICO, L. S. et al. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **Atas - Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**. v. 3. p. 724-733, 2017.

MORAIS, J. O. et al. Morphological and sedimentary patterns of a semi-arid shelf, Northeast Brazil. **Geo-Marine Letters**. v. 40, p. 835-842, 2019.

MOURA, F. J. M. **Dinâmica de barreiras costeiras na costa semiárida brasileira: o caso do litoral de Acaraú e Itarema – Ceará**. 2018. 267f. Tese (Doutorado em Ciências Marinhas Tropicais) - Instituto de Ciências do Mar, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

OLIVEIRA, S. dos A. **Percepção Socioambiental: o rio Corrente no imaginário de ribeirinhos, Alvorada do Norte – Goiás**. 2017. 73f. Monografia (Bacharelado em Gestão Ambiental) - Universidade de Brasília, Planaltina, 2017.

OLIVEIRA JUNIOR, G. A. de. **Torém: Brincadeira dos índios velhos**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desportos, 1998. 126p.

OLIVEIRA, R. L. de; ALBUQUERQUE, J. F. Torém: Identidade étnica na luta política que perpassa o âmbito da educação escolar diferenciada indígena Tremembé. **Revista Ameríndia**, Fortaleza, v. 11. p. 6-17, 2012.

PINHEIRO, L. de S. et al. (2016) The Beaches of Ceará. In: SHORT, Andrew D.; KLEIN, Antonio Henrique da F. (ed.). **Brazilian Beach Systems**. Cham: Springer International Publishing, 2016.

PINHEIRO, L. de S. et al. A Plataforma Continental Semiárida do

Brasil. In: MUEHE, D.; BARROS, F. M. L. de. B.; PINHEIRO, L. de S. (Org.). **Geografia Marinha: Oceanos e Costas na perspectiva de geógrafos**. Rio de Janeiro: Programa de geologia e geofísica Marinha, 2020. p. 129-153.

PINTO, A. L. A.; MATOS, M. J. de M.; RUFINO, M. do S. M. O conhecimento etnográfico dos Tremembé da Barra do Mundaú, Ceará. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 1, 2018, p. 15-28.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. Tradução: Maria Cecília França.

RODRIGUES, A. A. S. et al. Geodiversidade e Geossítios da Planície Costeira de Almofala, município de Itarema, Ceará. **Revista de Geociências do Nordeste**, v. 1, p. 39-47, 2016.

RODRIGUES, A. A. S. et. al. Geodiversidade e a prática de campos (roteiros escolares) no litoral como subsídios ao ensino de geografia (física). **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 21, Sobral, p. 1006-1018, 2019.

SANTOS, M. O Dinheiro e o Território. **GEOgraphia**. v. 1, n. 1, p. 7-13, 2009.

SILVA, E. V.; TELES, M. S. L.; VERÍSSIMO, M. E. Z.; PEREIRA, R. C. M. Caracterização dos elementos naturais da paisagem e utilização dos recursos naturais. In: SAMPAIO, J. L. F.; VERÍSSIMO, M. E. Z.; SOUZA, M. S. (Org.). **A comunidade Tremembé: meio ambiente e qualidade de vida**. Fortaleza: INESP. 2002. p. 18-59.

TORRES, M. V.; FALCÃO SOBRINHO, J. Diagnóstico das paisagens no município de Itapipoca (CE) e o uso do solo. **Revista Homem, Espaço e Tempo**. v. 4, n. 2. p. 148-163, 2010.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difusão Editorial, 1980, 288p.

VALLE, C. G. O. do. Compreendendo a dança do torém: visões de folclore, ritual e tradição entre os Tremembé do Ceará. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, v. 16, n. 2, p.187-228, 2005.

VASCONCELOS, T. S. L. **"Por onde andam os coqueirais?" Os territórios tensionados e as tensões territoriais no estado do Ceará**. 2015. 312f. Tese

do Ceará. 2015. 312f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

Informações aos autores

Francisco Assis Aquino Bezerra Filho - Possui Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Mestrado e Doutorado em Geografia, na área de Análise Geoambiental, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGEO/UECE). É Professor Efetivo da rede estadual de educação do Ceará (SEDUC-CE).

 <https://orcid.org/0000-0002-2707-0901>

Lidriana de Souza Pinheiro – Bacharel e Mestre em Geografia (UECE). Doutora em Oceanografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do Instituto de Ciências do Mar (LABOMAR) da UFC. Bolsista PQ-2 do CNPq e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Marinhas Tropicais (PPGCMT/UFC) e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFC. Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGEO/UECE). Post-Doc na Universidade de Salento-Itália (CAPES-PRINT).

 <https://orcid.org/0000-0003-0863-0771>

Paulo Roberto Silva Pessoa – Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Mestrado e Doutorado em Geografia na área de Análise Geoambiental. É Professor Efetivo do curso de Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará e pesquisador associado ao Laboratório de Geologia e Geomorfologia Costeira e Oceânica – LGCO/UECE.

 <https://orcid.org/0000-0001-5522-6080>

Recebido para publicação em 6 de setembro de 2022

Aceito para publicação em 9 de novembro de 2022

Publicado em 31 de dezembro de 2022